

DINHEIRO DO METRÔ

Peritos investigam se Roriz envolveu-se em desvio de verbas

BC vai ter acesso às contas do governador

André Garcia
Da equipe do Correio

Peritos do Banco Central vão dar, nos próximos dias, o passo mais importante do inquérito instaurado há seis anos no Superior Tribunal de Justiça (STJ) para apurar denúncia de desvio de verbas do Metrô de Brasília pelo governador Joaquim Roriz, durante sua primeira gestão (1990-1994).

Autorizados pelo ministro Milton Luiz Pereira, relator do inquérito, os peritos do BC poderão acessar extratos das contas bancárias de Roriz para cruzá-los com a relação de cheques emitidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF) entre 1990 e 1994 às empreiteiras do consórcio Brasmetrô, responsável pela obra. E descobrir se houve movimentação bancária entre Roriz e as empresas.

O inquérito policial (nº 145) que investiga o suposto desvio de verbas do Metrô, foi aberto em 26 de maio de 1994 pelo STJ a pedido do Ministério Público Federal. Tem como base denúncias feitas pelo arquiteto Carlos Magalhães, secretário de Obras do governador José Aparecido, antecessor de Roriz.

Em 1993, depois de uma conversa com o então secretário de Obras, o hoje senador José Roberto Arruda, e com Paulo Castello Branco, ex-secretário de Segurança Pública, Magalhães produziu um dossiê com trechos da conversa e supostas irregularidades da obra do Metrô e o entregou ao MP.

Segundo esse dossiê, Arruda disse a Magalhães que o governador Joaquim Roriz desviou verbas do Metrô para financiar campanhas eleitorais nos municípios goianos de Padre Bernardo e Luziânia. Em depoimento ao Ministério Público,

Magalhães e Castello Branco confirmaram o teor da conversa, mas Arruda negou que tivesse feito qualquer comentário sobre desvio de verbas. "Ele (Arruda) me disse isso chorando", garante Magalhães. Procurado pelo Correio, o senador José Roberto Arruda disse que preferia não fazer nenhuma declaração sobre o assunto.

QUEBRA DE SIGILO

Em seis anos, o Ministério Público Federal juntou ao inquérito relatórios do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) sobre as obras do Metrô, uma relação de 370 cheques emitidos pelo GDF para oito empresas do consórcio Brasmetrô, além do rastreamento feito pelo Banco Central dos cheques para saber se eles foram depositados nas contas correntes apresentadas pelo GDF. Segundo relatório dos peritos do Banco Central anexado ao processo, esse rastreamento, feito no ano passado, não demonstrou a existência de movimentação de verbas entre Roriz e as empreiteiras.

Diante disso, o Ministério Público pediu ao ministro Milton Luiz Pereira, em maio, autorização para que os peritos do BC tivessem acesso às contas de Roriz. "Vamos esgotar todas as possibilidades de investigação", afirmou a procuradora Delza Curvello, que assinou o pedido.

Para acelerar o cruzamento das informações, as contas bancárias do governador Roriz serão extraídas de outro inquérito por crimes contra a administração pública a que responde o governador no STJ (nº 140), no qual o sigilo bancário de Roriz já havia sido autorizado. "Custa tempo pedir nova quebra de sigilo bancário, notificar os bancos e esperar os documentos. Por isso pedimos autorização para analisar

os extratos que já estavam em outro inquérito", disse a procuradora Delza Curvello.

Os extratos bancários de Roriz foram enviados ontem pelo ministro Fontes de Alencar, relator do inquérito nº 140, para o ministro Milton Luiz Pereira. Em breve estarão à disposição do Banco Central. Se ao final do inquérito ficar comprovado o desvio de recursos, o MP denunciará o governador Roriz por crime contra a administração pública.

Joaquim Roriz se disse tranquilo diante da possibilidade de vasculharem suas contas bancárias. "Isto é um ritual de normalidade", declarou. "Este é um processo antigo e tenho a esperança de que será arquivado", afirmou.